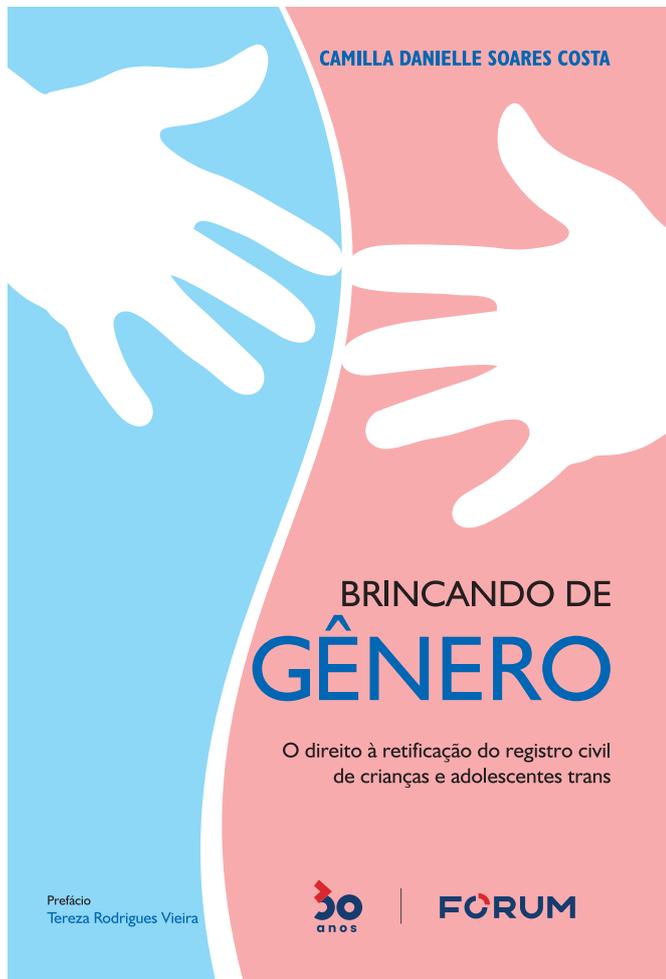


Camilla Danielle Soares Costa



BRINCANDO DE GÊNERO

O direito à retificação do registro civil de crianças e adolescentes trans

Prefácio

Tereza Rodrigues Vieira

Área específica
DIREITO CIVIL.

Áreas afins do livro

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;
DIREITO HOMOAFETIVO; DIREITOS LGBTQIA+.

Público-alvo

PROFISSIONAIS DO DIREITO EM GERAL
(MAGISTRADOS, PROMOTORES, DEFENSORES,
ADVOGADOS, PROFESSORES), COM ÊNFASE
NA ATUAÇÃO EM DIREITO CIVIL, ALUNOS
DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
(ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO E DOUTORADO).

No ordenamento jurídico brasileiro, o reconhecimento dos direitos LGBTQIA+ tem sido cada vez mais impedido em virtude da omissão do Poder Legislativo e da existência de uma forte bancada conservadora dentro do próprio Congresso Nacional. Para suprir essa injustificável omissão legislativa, o Poder Judiciário é frequentemente acionado pela população transgênero para determinar a efetividade dos seus direitos. Nesse sentido, a proposta da presente obra é de analisar como o Supremo Tribunal Federal está fundamentando seus julgamentos na tomada de decisões relativas ao direito de retificação do nome e do gênero no registro civil de pessoas transgênero, em especial a parcela relativa às crianças e aos adolescentes. Com o desenvolvimento do presente estudo, a expectativa é de criar um espaço aberto de diálogos positivos e confiáveis para que as pessoas possam reconhecer a transidentidade na infância e na adolescência e que possam entender que as crianças e adolescentes transgênero, por estarem sujeitos à marginalização e à exclusão social, merecem uma tutela protetiva diferenciada e mais atenta para terem seus direitos reconhecidos.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10003381

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C837b	Costa, Camilla Danielle Soares Brincando de gênero: o direito à retificação do registro civil de crianças e adolescentes trans / Camilla Danielle Soares Costa. – Belo Horizonte : Fórum, 2022. 176 p. ; 14,5cm x 21,5cm. ISBN: 978-65-5518-424-2 1. Direito. 2. Direito Civil. 3. Direito da Criança e do Adolescente. 4. Direito Homoafetivo. 5. Direitos LGBT. I. Título.	CDD: 347 CDU: 347
2022-1762		

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COSTA, Camilla Danielle Soares. *Brincando de gênero: o direito à retificação do registro civil de crianças e adolescentes trans*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 176 p. ISBN 978-65-5518-424-2.

Camilla Danielle Soares Costa

Mestra em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Especialista em Direito Civil pela Universidade Anhanguera – UNIDERP. Bacharela em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Advogada. Membro da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pernambuco (CDSG/OAB-PE). E-mail: camilla_2506@hotmail.com

PREFÁCIO	
Tereza Rodrigues Vieira	11
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
CONTEXTUALIZANDO A TRANS* IDENTIDADE.....	17
1.1 Delimitações conceituais: sexo, gênero e orientação sexual.....	17
1.2 Transgênero: para além da transexualidade e travestilidade	27
CAPÍTULO 2	
PROTEÇÃO INTEGRAL DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES TRANSGÊNERO.....	47
2.1 Identidade trans* na infância e adolescência.....	47
2.1.1 Doutrina da Proteção Integral	56
CAPÍTULO 3	
TUTELA MULTINÍVEL DO DIREITO À IDENTIDADE DE GÊNERO....	69
3.1 Opinião Consultiva nº 24/2017 da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	69
3.2 Julgamento A.P., Garçon e Nicot vs. França	78
3.3 O direito à identidade de gênero em uma visão dicotômica entre Argentina e Hungria	84
CAPÍTULO 4	
“TRANS-GREDINDO” BARREIRAS NO PODER JUDICIÁRIO: A TRANSGENERIDADE E O DIREITO À RETIFICAÇÃO DO PRENOME E DO GÊNERO NO REGISTRO CIVIL.....	91
4.1 Direito ao nome e ao nome social.....	91
4.1.1 Direito ao nome social.....	97
4.1.2 A (i)mutabilidade do nome: uma breve evolução histórica quanto à possibilidade de retificação do prenome e do gênero no registro civil em razão da transgeneridade	101
4.2 Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.275/DF	106
4.3 Análise do julgamento da ADI nº 4.275/DF	115
4.4 Provimento nº 73 do Conselho Nacional de Justiça	132
CAPÍTULO 5	
SITUAÇÃO JURÍDICA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES TRANS* APÓS A ADI Nº 4.275/DF	139
5.1 A (im)possibilidade da adequação do nome e de gênero de crianças e adolescentes trans* pela via extrajudicial	139
5.2 A importância do Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero (Projeto de Lei do Senado nº 134/2018).....	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS	161